



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998,  
para aumentar a pena de crimes contra a fauna.



SF/22098.64342-36

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 29.** ..... ”

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

.....” (NR)

“**Art. 32.** ..... ”

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o tráfico de animais silvestres é ilícito penal previsto na Lei de Crimes Ambientais (com enquadramento nos arts. 29, *caput* e III, e 32 da Lei nº 9.605, de 1998). Todavia, em que pese a gravidade das condutas, as penas previstas são, respectivamente, de detenção de seis meses a um ano, e multa; e de detenção, de três meses a um ano, e multa.

Nesse contexto, a legislação brasileira é apontada como excessivamente branda (e até mesmo leniente) com a prática do tráfico de



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

animais silvestres. As penas demasiadamente baixas impossibilitam o efetivo combate à prática ilícita, pois impedem a utilização de instrumentos mais efetivos no combate criminalidade, tais como a interceptação telefônica (cf. art. 2º, III, da Lei nº 9.296, de 1996).

Estima-se que 38 milhões de animais são impactados com as atividades de caça e comércio ilegal no Brasil<sup>1</sup>. O tráfico de espécies selvagens é apontado como o quarto negócio ilegal mais lucrativo do mundo, atrás apenas do tráfico de drogas, de seres humanos, e do comércio ilegal de armas<sup>2</sup>.

Trata-se, pois, de mercado ilegal e altamente lucrativo. Infelizmente, a falta de dados, de informações, e de instrumentos adequados para lidar com essa prática ilícita faz com que as forças policiais deem baixa priorização à investigação dessas condutas, punindo apenas os transportadores (“mulas”), sem outros desdobramentos<sup>3</sup>.

Assim, o tráfico de animais tem por consequências “profundas violações de bem-estar [animal] intrínsecas a essa atividade, o risco de contaminação por zoonoses, o risco de introdução de espécies exóticas invasoras, a seleção artificial nas populações naturais, a retirada de combinações genéticas das populações que poderiam ser importantes para o futuro evolutivo da espécie, a perda de diversidade genética, a redução populacional, a possibilidade de extinções locais, a própria extinção de espécies, a perda de funções exercidas nas redes de interações ecológicas, que podem ter impactos profundos no equilíbrio e na capacidade de

---

<sup>1</sup> CHARITY, Sandra; FERREIRA, Juliana M. *Wildlife trafficking in Brazil*. Disponível em: <https://www.traffic.org/publications/reports/brazils-widespread-wildlife-trafficking/>. Acesso em 11.08.2022.

<sup>2</sup> AGÊNCIA BRASIL. Tráfico de animais selvagens é o quarto negócio ilegal mais lucrativo do mundo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-11/trafico-de-animais-selvagens-e-o-quarto-negocio-ilegal-mais-lucrativo>. Acesso em 11.08.2022.

<sup>3</sup> FERREIRA, Juliana M. Tráfico de animais silvestres: o lucro é dos criminosos, a perda é da nação. Disponível em: <https://oeco.org.br/columas/trafico-de-animais-silvestres-o-lucro-e-dos-criminosos-a-perda-e-da-nacao/>. Acesso em 11.08.2022.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

regeneração de ecossistemas, a perda de serviços ecossistêmicos, assim como impactos na economia, segurança, saúde e governança dos países”<sup>4</sup>.

Portanto, é nítida a necessidade de se conferir mais gravidade ao tráfico de animais, por meio de alteração na Lei de Crimes Ambientais (tornando as penas previstas para venda não autorizada e maus-tratos mais próximas daquela que consta no §1º-A do art. 32 da mencionada lei). O respeito à nossa biodiversidade deve ser fortalecido, a fim de que o país avance rumo a um futuro em que se harmonizem crescimento econômico e preservação ambiental.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para que possamos aprovar esta nossa iniciativa legislativa.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

---

<sup>4</sup> FERREIRA, Juliana M.; BARROS, Nádia de Moraes. O tráfico de fauna silvestre no Brasil e seus impactos. Revista de Direito Penal e Processo Penal, ISSN 2674-6093, v. 2, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitoPenalProcessoPenal/article/view/1739/1545> . Acesso em 11.08.2022.



SF/2098.64342-36